

14 de Junho - GREVE GERAL

Trabalhadores da Região de Irecê farão manifestações e paralisações a partir das 08 horas

Trabalhadores das mais diversas categorias da Região de Irecê, participarão na próxima sexta-feira, dia 14 de Junho, da Greve Geral em defesa da Previdência Pública e do direito à aposentadoria.

A data será marcada por grandes manifestações nas principais cidades do País, onde já estão confirmadas paralisações de vários setores estratégicos a exemplo de rodoviários, metroviários, metalúrgicos, bancários, professores, entre outros.

Manifestação em Irecê

A partir das 08:00h, diversas categorias da Região de Irecê, darão início às manifestações na Praça em frente ao



Banco do Brasil do município. Em seguida os trabalhadores e trabalhadoras dos mais variados ramos farão caminhada com protesto pelas principais ruas do Centro da cidade. São esperadas caravanas de todos os municípios da região.

"A classe trabalhadora sofre mais um forte ataque dos Governos neoliberais. Primeiro foi a famigerada Reforma Trabalhista que não gerou uma única vaga de emprego até hoje. Agora querem impedir a aposentadoria do nosso povo. É

preciso muita mobilização. Não sairemos das ruas", destaca Carlos Alberto Bezerra, presidente do Sindicato dos Bancários de Irecê e Região.

AMEAÇA

Projeto prevê trabalho bancário aos finais de semana. Reaja!

Um projeto de lei do deputado federal David Soares (DEM-SP) pretende obrigar bancos a abrir agências aos sábados, das 9h às 14h, e domingos, das 9h às 13h. O PL 1043/19 está sendo analisado pelas comissões de Defesa do Consumidor; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania. Se aprovado nas comissões, segue para votação em plenário.

O direito dos bancários de não trabalharem aos sábados e domingos é assegurado pela Lei 7.430/85, e está no artigo 224 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Reaja!

O site da Câmara dos Deputados está com enquete aberta sobre o PL 1043/19 e os trabalhadores de bancos devem se manifestar votando não (clique aqui) para defender seu direito de não trabalhar aos finais de semana.

Além disso, bancárias e bancários também podem expressar sua indignação com o projeto enviando mensagens aos deputados, incluindo o autor da proposta.

No site da Câmara também é possível comentar o projeto de lei do deputado de São Paulo.

A capitalização vai prejudicar trabalhadores e aposentados

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019 que versa sobre a reforma da Previdência prevê a criação de um novo regime de aposentadorias de capitalização,

com contas individuais, no qual cada trabalhador terá de poupar seus recursos.

Esse regime irá atender à aposentadoria por idade, mas também benefícios por maternidade, incapacidade para o trabalho e pensão, além de cobrir o risco de longevidade do beneficiário. A gestão das reservas será feita por entidades públicas ou privadas.

Como é o modelo

O modelo de capitalização difere radicalmente do atual – chamado de repartição solidária – por duas razões: a primeira é que, no modelo em vigência, quem está na ativa financia as aposentadorias e pensões daqueles que estão fora do mercado de trabalho. A segunda é que o sistema atual é financiado por contribuições do governo, trabalhadores e empregadores. Por isso é chamado de modelo de repartição solidária.

Se depender da equipe econômica do governo, mais precisamente do ministro da Economia, Paulo Guedes, apenas os trabalhadores terão de contribuir para o novo modelo de capitalização.

O modelo chileno é trágico

O modelo que o governo pretende adotar é idêntico ao implantado no Chile na década de 1980. Lá apenas trabalhadores contribuem com 10% do seu salário em contas individuais geridas por empresas privadas, chamadas de administradoras de fundos de pensão.

Passados quase 40 anos, o resultado é que, atualmente, 80% dos aposentados daquele país



recebem menos de um salário mínimo (US\$ 424) de benefício, e quase metade (44%) está abaixo da linha da pobreza, segundo o economista chileno Andras Uthoff.

O grande problema desse sistema é que aqueles que ganham pouco, trabalham sem registro em carteira ou passam boa parte da vida desempregados não conseguirão guardar o suficiente para a aposentadoria ou demais pensões.

Fracasso comprovado

O sistema de capitalização falhou em 60% dos países que o adotaram, de acordo com estudo publicado no ano passado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho). Entre 1981 e 2014, 30 países modificaram seu sistema. Até o ano passado, 18 desses países já haviam feito uma nova reforma, revertendo ao menos em parte as mudanças.

Antes de qualquer reforma, o governo deveria adotar as seguintes medidas:

- ✓ Adoção de um modelo econômico promovido pelo Estado que priorize geração de emprego, renda e políticas sociais;
- ✓ Modificar as fontes de financiamento do sistema atual por meio de reforma tributária que institua impostos sobre lucros e dividendos, e renda e patrimônio dos mais ricos;
- ✓ Fim das isenções fiscais concedidas a empresas;
- ✓ Combater a sonegação de impostos;
- ✓ Cobrar os grandes devedores;
- ✓ Elevar o percentual de contribuição previdenciária sobre o faturamento dos ruralistas;
- ✓ Auditoria da dívida pública e Revisão das Desvinculações de Receitas da União (DRU), que transferem recursos da Previdência para o pagamento de juros da dívida pública.